

Inovação, Militarismo e Hegemonia: o complexo industrial militar na estratégia dos Estados Unidos para a manutenção da liderança internacional

Innovation, Militarism and Hegemony:
the military industrial complex and US Strategy

Hermes Moreira Jr. | hermesmoreira@ufgd.edu.br
Professor da Faculdade de Direito e Relações Internacionais
da Universidade Federal da Grande Dourados.

Recebimento do artigo Fevereiro de 2013 | **Aceite** Maio de 2013

Resumo A tecnologia confere vantagens militares decisivas aos países que a possuem, oferece possibilidades de produção econômica e acúmulo de riqueza, bem como estabelece diferenciações nas condições de relacionamento no sistema internacional. Seu estudo auxilia a demonstrar a relação que se constitui entre inovação e liderança no sistema internacional. Uma breve inflexão na literatura é capaz de indicar que cada Estado para assumir a condição de "líder" ou "potência hegemônica" em seu contexto apresentou algum modelo de inovação tecnológica (aliado ao modelo de organização política de sua economia), que lhe garantiu um salto qualitativo em relação a seus pares. Dessa forma, os países centrais utilizam suas vantagens em inovação e difusão de tecnologia para a manutenção do sistema centro-periferia dentro de uma economia-mundo integrada ou em competição. Este artigo tem como objetivo apresentar a importância do processo de inovação tecnológica na grande estratégia dos EUA. Observando a interação entre o sistema nacional de inovação e o complexo industrial militar, apreende o papel que o Estado americano desempenha no direcionamento do progresso científico no campo da segurança, condição essencial para sustentar sua estratégia e ativismo internacional. **Palavras-chave** Completo Industrial Militar. Grande Estratégia Norte-Americana. Militarismo. Inovação Tecnológica. Hegemonia.

Abstract The technology confers decisive military advantage to countries that have offers possibilities for economic production and accumulation of wealth, as well as differences in the conditions of establishing relationships in the international system. Their study helps to demonstrate the relationship between what constitutes innovation and leadership in the international system. A brief inflection in the literature is able to indicate that each State to assume the status of “leader” or “hegemonic power” in its context presented a model of technological innovation (coupled with the model of political organization of its economy), ensuring its qualitative leap compared to their peers. Thus the central countries utilize their advantages in innovation and technology diffusion to system maintenance center-periphery within an integrated world economy or competition. This article aims to show the importance of the process of technological innovation in U.S. grand strategy. Observing the interaction between the national innovation system and the military industrial complex, seizes the role that the state plays in the American direction of scientific progress in the field of security, which is essential to sustain its strategy and international activism.

Key-words Industrial Military Complex. U.S. Strategy. Militarism. Innovation. Hegemony.

INTRODUÇÃO

Joseph Nye, um dos mais destacados defensores das estratégias para a renovação da liderança norte-americana no sistema-mundo, afirma que não basta aos rivais do poder americano “a posse de um hardware sofisticado ou de sistemas avançados, e sim a capacidade de integrar um sistema dos sistemas” (Nye, 2002, p. 119). Assim, ele sinaliza para a necessidade de uma trajetória que seja capaz de congrega outras ações para além da competição no nível da produção e consumo. Com efeito, seria necessário ao competidor pela condição de centro cíclico no atual ciclo sistêmico de acumulação: 1) *centralização de poder para coordenar os rumos da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico*; 2) *alargamentos de mercados com períodos de estímulo à competitividade de maneira acirrada*; 3) *coordenação de pesquisas setoriais para o avanço na dianteira da condução da trajetória tecnológica*; 4) *imposição de um padrão tecnológico de consumo à periferia do sistema*; 5) *projeção do poder global mediante a liderança na competição a nível global*.

Em uma sociedade que se caracteriza pela revolução e ampliação do acesso à informação e ao conhecimento (Castells, 1999), a tecnologia confere, também, alargamento das vantagens militares decisivas aos países que a possuem, oferece possibilidades de produção econômica e acúmulo de riqueza, bem como estabelece diferenciações nas condições de relacionamento no sistema internacional (Fukuyama, 1992). Seu estudo auxilia a demonstrar a relação que se constitui entre inovação e liderança no sistema internacional.

Uma breve inflexão na literatura é capaz de indicar que cada Estado para assumir a condição de “líder” ou “potência hegemônica” em seu contexto apresentou algum modelo de inovação tecnológica (aliado ao modelo de organização política de sua economia), que lhe garantiu um salto qualitativo em relação a seus pares. Dessa forma, os países centrais utilizam suas vantagens em inovação e difusão de tecnologia para a manutenção do sistema centro-periferia dentro de uma economia-mundo integrada ou em competição. Este artigo tem como objetivo apresentar a importância do processo de inovação tecnológica na grande estratégia dos EUA.

No entendimento de Chesnais (2003), a orientação de boa parte do orçamento científico e militar

para o campo de pesquisa e desenvolvimento garante a liderança tecnológica e estabelece uma diferença importante ao assinalar a hierarquia conquistada e a amplitude dos meios postos em ação pelos Estados Unidos tendo em vista a preservação das relações de dominação política e social e os modos de vida determinantes na acumulação de capital. Observando a interação entre o sistema nacional de inovação e o complexo industrial militar, buscamos apreender o papel que o Estado americano desempenha no direcionamento do progresso científico no campo da segurança, condição essencial para sustentar sua estratégia e ativismo internacional.

Nesse sentido, na seção inicial indicamos alguns pontos que norteiam o debate sobre a ordem internacional contemporânea, contrapondo argumentos de declinistas e renovacionistas. Na sequência, situamos o debate sobre Desenvolvimento e Inovação Tecnológica no âmbito da economia política internacional, circunscrito à noção de divisão do sistema econômico mundial entre centro e periferia. Nas duas seções subsquentes, adentramos ao debate sobre o desenvolvimento de sistemas nacionais de inovação e sua relação com o complexo industrial militar, e como os norte-americanos se apropriarem dessa estratégia ao longo de seu processo de construção de hegemonia. Por fim, são feitas breves considerações sobre as possibilidades de desdobramentos da atual competição pela liderança econômica e política do sistema internacional.

DECLINISTAS X RENOVACIONISTAS E O DEBATE SOBRE A ORDEM INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA:

A emergência de uma realidade global unipolar ao final da Guerra Fria apresentava a possibilidade de constituição de um mundo sob o domínio de uma só potência (Krauthammer, 1990). Mas a velha máxima do equilíbrio de poder sistêmico, que parece sempre disposta a voltar à tona, bateu à porta das discussões acadêmicas da política internacional nesse início de século XXI¹. Mais ainda quando se observa a composição de uma nova ordem em que a distribuição de capacidades e atribuições dos atores internacionais, a partir de novos arranjos políticos entre os Estados que buscam contrabalançar o poder norte-americano, começa a se formar (Buzan, 2004, 2007; Vizentini, 2006; Khanna, 2008; Barbé, 2010; Stuenkel, 2013).

Paralelamente a este movimento no âmbito acadêmico, a demanda por redimensionamento das instituições multilaterais arquitetadas pelos Estados Unidos no momento de fundação da ordem inter-

1 Baseada no reconhecimento da estrutura anárquica do sistema internacional, a teoria realista identifica o auto-interesse e a auto-ajuda como condições principais da atuação dos Estados na política internacional. Em virtude disso, os realistas estruturais, como Kenneth Waltz, afirmam que a preponderância solitária de uma grande potência se trata de uma fase de transição, que retornará ao equilíbrio assim que uma coligação das outras potências restaurar a balança multipolar. A unipolaridade pode existir como um modo de transição, ou como um "momento unipolar", mas não há lugar segundo, a visão dos realistas, para a exceção unipolar (Waltz, 1979).

nacional do pós-Guerra recupera um intenso debate sobre o declínio econômico e o desgaste da imagem internacional dos Estados Unidos. A partir das crises de finais dos anos 1970, impulsionados pelas transformações das relações internacionais, debates entre chamados os declinistas e renovacionistas se estabeleceram (Pecequillo, 2005). Ao passo que os primeiros debruçavam-se sobre a possibilidade de declínio da hegemonia norte-americana no cenário internacional (Keohane, 1984; Kennedy, 1989; Wallerstein, 1995; Arrighi, 1996; Johnson, 2000; Mearsheimer, 2001; Todd, 2003; Zakaria, 2008), não foram poucos os que contrariaram essas expectativas (e ainda o fazem hoje) e apostaram no triunfo estadunidense frente ao novo século que se apresentava (Fukuyama, 1989; Krauthammer, 1990; Nye Jr., 1990; Wohlforth, 1999; Nye Jr., 2002; Brzezinski, 2004; Ikenberry, 2006; Leffler & Legro, 2008; Brooks & Wohlforth, 2009). De todas essas possibilidades abertas, qualquer que seja o posicionamento tomado frente a esses debates, deve-se ressaltar a sensação de uma hegemonia em questionamento.

Ganham força, principalmente respaldados pelo desempenho econômico dos países asiáticos nas últimas três décadas, os argumentos propostos por Giovanni Arrighi, acerca da transição do eixo hegemônico do mundo ocidental para o mundo oriental (Arrighi, 1996; Arrighi, 2001; Arrighi, 2008). Em “O Longo Século XX”, Arrighi afirma que “o arquipélago do leste e sudeste asiático, a nova oficina do mundo, é o mais importante fator isolado a forçar os centros tradicionais de poder capitalistas a reestruturar e reorganizar suas próprias indústrias e economias” (1996, p. 23). A partir de uma proposta bastante elaborada para a interpretação do capitalismo mundial, o autor defende a tese de que a partir do processo de financeirização da economia norte-americana, na década de 1970, o atual ciclo hegemônico estaria entrando em crise e a economia global caminharia para um processo de transição impulsionado pelas grandes expansões financeiras sistêmicas e pela intensificação de uma competição interestatal capitalista emergente de novas configurações de poder ².

Em “Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial”, Arrighi, em parceria com Beverly Silver (Arrighi & Silver, 2001) reafirmam essa tese ao defender que as grandes expansões financeiras recentes assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro, localizado no mundo asiático, com economias dinâmicas, dotadas de níveis de desenvolvimento econômico e crescimento produtivo ascendente, e responsável por sustentar a atual expansão mundial do comércio e da produção.

Por fim, consolidada a ascensão da economia chinesa à condição de segunda maior economia global, com taxas de crescimento vertiginosas nas últimas duas décadas e previsões de sua manutenção nos próximos anos, Arrighi (2008), em “Adam Smith em Pequim”, defende o reconhecimento do fim da hegemonia norte-americana, e propõe a disputa pela liderança do novo ciclo de acumulação a partir da superação dos desafios da China para sua ascensão à condição de centro desse novo ciclo hegemônico.

2 Giovanni Arrighi se sustenta na interpretação de David Harvey sobre as transformações da economia mundial no último quarto do século XX. Sua leitura é motivada pela observação da reestruturação produtiva e da transição paradigmática do capitalismo fordista/keynesiano para o regime de acumulação flexível, como observado por Harvey (1989). “sempre houve, é claro, um equilíbrio delicado entre os poderes financeiros e estatais no capitalismo, mas a desarticulação do fordismo/keynesianismo significou uma evidente guinada para um aumento do poder do capital financeiro frente ao Estado nacional” (Harvey, 1989, p. 145).

Todavia, nossa discordância à tese sustentada por Arrighi se apresenta ao partirmos do pressuposto de que a hegemonia se constitui por meio de uma estrutura histórica organizada em três níveis de atividade: (1) a *organização da produção mundial*, com destaque para as forças sociais engendradas pelo processo de produção; (2) as *formas de Estado*, que dizem respeito aos complexos Estado/sociedade civil e suas constituições contingentes; (3) as *ordens mundiais*, isto é, as configurações particulares de correlações de forças que definiriam sucessivamente a problemática da guerra e da paz (Cox, 1986, p. 220).

Para que cada uma destas esferas tivesse um desenvolvimento favorável à composição de uma estrutura histórica receptiva à liderança norte-americana no pós-Segunda Guerra, foi fundamental que os Estados Unidos orientassem a fusão de três elementos essenciais para o exercício de sua hegemonia: *capacidades materiais, idéias e instituições* (Cox, 1986). As *capacidades materiais* já estavam garantidas, sobretudo pela preponderância norte-americana no imediato pós-Guerra, conforme argumenta Belluzzo (1997), ao destacar a interdependência entre o poder de seigniorage do dólar e a preponderância bélica estadunidense³. As *idéias* se tratavam do campo de criação de significados intersubjetivos no qual imagens coletivas acerca da ordem mundial necessitavam ser reelaboradas. Tarefa exercida, em muito, a partir da elaboração da Doutrina Truman (1947) e da identificação do comunismo soviético como o novo inimigo a ser combatido⁴. No plano das instituições, os Organismos Multilaterais, que o próprio Arrighi (1996) chamou de “aspecto formal da hegemonia”, exerceriam o papel de amálgama dos dois elementos anteriores, garantindo a legitimidade necessária para o exercício da liderança internacional da nova superpotência.

Nesse sentido, argumentamos que a leitura que Arrighi sobre a transição do ciclo hegemônico para o leste não pode ser confirmada apenas pelo deslocamento do processo produtivo (como consequência da expansão financeira na economia norte-americana), sem que as demais características que contemplam a estrutura hegemônica sejam também constituídas e substituam as do atual centro hegemônico. Assim, partimos da hipótese de que os Estados Unidos tem atuado no sentido de manter sua capacidade de exercer controle sobre a ordem internacional ao investir em um sistema nacional de inovação tecnológica capaz de garantir a liderança científica em áreas determinantes, como a de pesquisas militares, essencial para consolidar a capacidade efetiva de suas forças armadas e de gerar saltos tecnológicos em

3 Essa preponderância se torna mais aguda e deficitária aos demais atores do sistema político e econômico internacional a partir da crise do sistema de Bretton Woods, na década de 1970, quando a substituição do padrão ouro-dólar pelo padrão dólar-flexível (Serrano, 2004) oferece as condições para a constituição daquilo que Peter Gowan viria a chamar de Dollar Wall Street Regime (Gowan, 1999) e proporciona aos Estados Unidos as condições de retomada e reafirmação de sua hegemonia (Tavares, 1985; Tavares & Melin, 1997).

4 A estratégia de contenção, linha-mestra da doutrina Truman, de 1947, tinha como prioridade barrar o avanço soviético e da ideologia comunista, bem como promover os valores da democracia e do livre comércio. Esse movimento foi responsável por um processo de conciliação entre forças políticas e que congregou grande parte da sociedade em torno de um claro objetivo nacional, pois visava a construção da ordem como referencial para a ação americana no sistema internacional. O fracasso nessa missão indicava perigo à paz e à segurança da nação, para isso deveriam avançar nos espaços econômicos, políticos e ideológicos que surgiram no pós-guerra para conter a disseminação do comunismo.

setores civis, assumindo a dianteira dessas áreas no sistema internacional.

A despeito das fissuras partidárias e ideológicas em sua política doméstica, no que concerne às relações exteriores e consequentemente a posição do país no cenário internacional, grupos e atores políticos norte-americanos convergem na expectativa de recuperação de seu prestígio e preponderância internacional. Dessa maneira, trata-se a questão como parte da grande estratégia internacional do país, e tema de segurança nacional suprapartidário. Ademais, se reconhece que a manutenção da superioridade militar norte-americana é fundamental para alcançar esse objetivo. Sobretudo, frente às recentes intervenções e manobras militares na Ásia Central e Oriente Médio, responsáveis por mostrar ao mundo a desenvoltura e disparidade do poderio militar estadunidense frente a seus combatentes ou mesmo a seus aliados. Nesse sentido, para muitos analistas é o poderio militar norte-americano responsável por sustentar o país como principal potência do sistema internacional ainda nos dias de hoje.

Sendo assim, partimos da premissa que o processo de inovação tecnológica (baseado na pesquisa científica e desenvolvimento industrial) poderá ser o responsável por garantir a manutenção da liderança norte-americana e reconstruir sua condição hegemônica, uma vez que a consolidação de um novo padrão técnico-científico sustentará a capacidade material a partir acumulação de capital provinda dessa nova fronteira industrial.

Com efeito, não se trata de uma hipótese inovadora, já que desde o pós-Guerra – e com o impulso da Guerra Fria – tem-se discutido o papel que o militarismo assumiu na construção da hegemonia internacional norte-americana. Uma vez que, ao consolidar sua preponderância militar, os Estados Unidos criaram uma demanda industrial que foi responsável por dinamizar sua economia doméstica e fomentar demais setores produtivos em momentos de crise, estagnação ou recessão, fazendo com que a “guerra contínua” ocupasse um papel estratégico no desenho da política industrial e no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Denominada Complexo Industrial-Militar, essa estrutura, que congrega a demanda industrial à ação militar externa, é para muitos autores a principal responsável pelo aquecimento da economia norte-americana em períodos de dificuldades internas. Nas páginas a seguir, tentaremos demonstrar essa articulação entre os processos de inovação tecnológica impulsionados pelo Complexo Industrial Militar e a obstrução que isso pode acarretar em um processo de transição de ciclo hegemônico.

DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO

A concepção de que o processo de liderança na inovação tecnológica está ligada à manutenção da condição de centro hegemônico no ciclo sistêmico de acumulação deriva da interpretação de que a economia mundial se constitui como um sistema interconectado. Tal interpretação é fundamentada por Immanuel Wallerstein ao considerar o atual desenvolvimento histórico do sistema internacional com base no que ele denomina de Economia-Mundo, em sua trilogia *The Modern World-System*.

Para ele, a unidade correta de análise das relações internacionais, consequentemente da economia mundial, é o sistema mundial, espaço de uma ampla gama de grupos sociais em contato e principalmen-

te em conflito uns com os outros. Um sistema que possui limites, estruturas, regras de legitimação e coerência, que são definidos por entidades econômico-materiais baseadas em uma divisão extensiva do trabalho e que contém em seu seio uma multiplicidade de culturas (Wallerstein, 1979 p. 489). Como reitera diversas vezes Wallerstein em sua obra, o capitalismo foi capaz de florescer justamente porque a economia-mundo contém dentro de seus limites não apenas um, mas múltiplos sistemas políticos. O capitalismo, como modelo econômico, se baseia no fato de que os fatores econômicos operam no seio de uma arena maior do que qualquer entidade política pode controlar totalmente. Isso dá aos capitalistas uma liberdade de manobra que tem uma base estrutural, haja vista que as dimensões de uma economia-mundo são em função do estado da tecnologia, em particular das possibilidades de transporte e comunicação dentro de seus limites. Dado que isto é algo submetido a mudanças constantes, os limites de uma economia-mundo são sempre fluidos.

A economia-mundo se sustenta na inter-relação entre um núcleo central e áreas periféricas⁵. Essa divisão, segundo Wallerstein, supõe uma hierarquia na distribuição das tarefas da economia-mundo, cujos países centrais exercem atividades que requerem maiores níveis de qualificação e capitalização, ao passo que as áreas periféricas trabalham com atividades econômicas menos complexas. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento de uma economia-mundo tende a ampliar ainda mais a distância de níveis social e econômico entre centro e periferia, sobretudo quando calcados em processos de inovação tecnológica (Wallerstein, 1979, p. 493).

Não obstante, o sistema-mundo apresenta-se como um sistema social dinâmico, no qual as tensões entre as unidades políticas conformam o seu retrato. Assim como já fora observado por Weber (1961), Wallerstein indica que no sistema-mundo os Estados nacionais disputam posições de poder e competem pelo capital circulante, e para garantir essa “maximização da acumulação” lutam para estabelecer monopólios relativos de produção (Wallerstein, 2001, p. 121).

Com efeito, esses monopólios podem ser alcançados a partir de três ajustes no campo da produção: 1) baixar o custo de produção de produtos competitivos; 2) encontrar novos compradores para os produtos competitivos; 3) descobrir novos produtos para produzir, os quais estarão sujeitos a monopólios relativos e ainda terão um mercado significativo a explorar. O que permitiria, aos Estados, ampliar seus níveis globais de lucro, alterando ou perpetuando o status sistêmico, mas promovendo uma expansão renovada da economia-mundo. Daí decorre a significativa importância do acesso aos recursos naturais, sobretudo as commodities energéticas em regiões estratégicas como Ásia Central e Oriente Médio, que tem orientado a política externa norte-americana no último quartel do século XX e início do século XXI (Torres Filho, 2004; Mann, 2003; Harvey, 2004; Stiglitz, 2008; Jarecki, 2008).

Em suas pesquisas, Wallerstein identifica que o terceiro ajuste, promovido através de “mudanças tecnológicas, isto é, pela criação de produtos novos, chamados de ponta”, deve ser entendido como “locus de operações monopolizadas de alto lucro” (2001, p. 126). Afirma, ainda, que esse processo

5 O modelo de Wallerstein reconhece também a existência de áreas que ele chama de semi-periferia. Elas se encontram em um espaço intermediário entre o centro e a periferia em uma série de dimensões, tais como a complexidade das atividades econômicas, a força do aparato estatal, etc. Podem ter sido áreas centrais em versões anteriores do sistema-mundo, bem como áreas periféricas promovidas pelas condições dinâmicas da economia-mundo em expansão.

depende de uma intervenção direta do Estado, o que, em consonância com Fiori (2004) indica que é a partir da aproximação entre o mercado e o Estado que se constitui o principal motor de desenvolvimento da economia política internacional⁶.

Denota dessa análise, que no ambiente da competição capitalista que caracteriza o sistema mundial da economia-mundo, torna-se essencial o controle dos monopólios tecnológicos com vistas à acumulação do capital. E para isso, os Estados trabalham no sentido de evitar que seus concorrentes se encontrem em condições de romper seus monopólios e ocupar as posições exclusivas conquistadas. Parece evidente, de acordo com essa leitura, que a interpretação liberal de que os mercados desregulados e globalizados, atuando de forma autônoma na economia internacional, não levarão à convergência e não promoverão o equilíbrio entre as economias nacionais de Estados do centro e da periferia do sistema (Fiori, 1999).

Portanto, os processos de inovação tecnológica, e conseqüentemente de acumulação de capital responsáveis pela dinâmica da economia internacional dentro do sistema-mundo, dependem da atuação do Estado como força indutora. Este passa a atuar se fazendo presente nos rumos tomados pela economia nacional e direcionando suas escolhas no plano internacional, minimizando as aspirações de liberdade proclamadas e advogadas pelo mercado.

A despeito de não compartilhar da interpretação sobre o papel dos conflitos geopolíticos e militares, ainda no campo da crítica ao livre-mercado e à auto-regulação se encontra o pensamento estruturalista latino-americano, que se consolida na passagem da primeira para a segunda metade do século XX (Rodríguez, 2006). O ponto de partida foi dado pelos trabalhos de Paul Baran, posteriormente sintetizados em "A Economia Política do Desenvolvimento" (Baran, 1984), para quem o subdesenvolvimento da periferia era condicionado por um sistema internacional hierarquizado responsável por bloquear o desenvolvimento nas regiões mais atrasadas do sistema. Assim, Raul Prebisch e Celso Furtado se dedicaram a fundar uma escola de pensamento capaz de romper com a visão linear de que os países industrialmente mais avançados mostram aos menos desenvolvidos a imagem do seu futuro, e com a ilusão liberal de que a divisão internacional do trabalho fundamentada nas vantagens comparativas proporcionaria condições iguais dentro do sistema ao valorizar a vocação e a eficiência dos países.

Para Prebisch (2011) enquanto os países da periferia não desenvolvessem capacidade de impulsionar processos de inovação tecnológica e detivessem condições de fomentar seu próprio crescimento de maneira autônoma, ou seja, não atuassem na posição de "centro cíclico" da economia mundial, o projeto de desenvolvimento estaria longe de ser concretizado. Essa visão daria início a um esforço de centralização do planejamento econômico fora do centro do sistema que passaria a operar em nome de um projeto nacional.

6 De acordo com Fiori, quem liderou a expansão vitoriosa do capitalismo foram sempre os Estados e os capitais que souberam navegar com sucesso na contramão das "leis do mercado", ou seja, os "grandes predadores" que conseguem manter e renovar permanentemente o seu controle monopólico das "inovações", e dos "lucros extraordinários". Ademais, o Estado, além de atuar como indutor e propulsor do desenvolvimento, no âmbito das relações interestatais trabalha com a dimensão da guerra como elemento definidor de hierarquias no sistema. Segundo o próprio autor: "sem o apoio do capital o poder se fragmentaria com mais facilidade, e sem o apoio do poder e das armas o capital teria mais dificuldade de estabelecer situações monopólicas. A condição do jogo das guerras com o jogo das trocas que criou as condições originárias da economia capitalista" (Fiori, 2004, p. 32).

Como também demonstrava Furtado, “a característica fundamental do capitalismo periférico consiste numa assimetria entre a assimilação do progresso técnico (o fluxo de inovações) ao nível dos bens finais de consumo (importados) e ao nível dos processos produtivos. Essa assimetria se manifesta no atraso da acumulação diretamente ligada ao processo produtivo” (Furtado, 1987, p. 92). Logo, para Furtado, a periferia sofria com “o atraso relativo no processo de acumulação (e de assimilação do progresso técnico nos processos produtivos)” e, portanto, “a distinção entre o capitalismo central e o periférico não está na desigualdade (em maior ou menor grau) ou no crescimento econômico, mas na forte acumulação de capital e industrialização/tecnificação nos capitalismos centrais”.

Logo, passou a ser feita a leitura do atraso econômico pela difusão desigual do progresso tecnológico induzida pelo funcionamento hierárquico e assimétrico das relações entre economias nacionais que se haviam integrado de maneira diferenciada aos centros cíclicos da economia mundial, negando teorias do desenvolvimento produzidas no centro do sistema. Como observa Fiori (1999), com o estruturalismo latino-americano passavam a ser contestadas as teorias que defendiam ser a modernização um processo natural, progressivo e linear, fomentado por articulações políticas, programas de direcionamento de investimentos e concentração de capital em áreas de progresso tecnológico. De forma bastante sintética, é possível afirmar que o estruturalismo com Prebisch e Furtado apresenta aos atores alocados na periferia do sistema da economia-mundo uma estratégia já consolidada em seu núcleo central, a importância da atuação do Estado na direção de uma acumulação de capital oriunda dos processos de inovação tecnológica, garantidos a partir de uma intensa disputa, no âmbito internacional, entre elaborados sistemas nacionais voltados ao desenvolvimento e à inovação.

COMPETIÇÃO INTERNACIONAL E OS SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO

O discurso liberal, como observa Polanyi (2000), advoga quatro instituições como fundamentais: a ausência de competição inter-estatal; um sistema monetário padronizado e sustentado por uma moeda de conversão; a adoção do ideário liberal de desregulamentação das atividades econômicas; a não-intervenção estatal nos mercados. Contudo, como os processos históricos nos demonstram, tais instituições foram defendidas por Estados que haviam realizado um processo de catch-up anterior e teriam condições de perpetuar as assimetrias em um contexto de livre-competição por mercados e influência política. Não obstante, segundo afirma Wallerstein (1995) a geocultura do desenvolvimento passou a ser uma crença universal, e no mundo político as propostas de modernizar instituições, viabilizar infraestrutura e incentivar a industrialização com fins para o desenvolvimento econômico por vezes ignoraram os preceitos da livre-iniciativa.

No que concerne ao caráter meramente instrumental do processo, é necessário observar que há dois elementos fundamentais que levaram à universalização dessa “geocultura do desenvolvimento”: 1) a tecnologia confere vantagens militares decisivas aos países que a possuem, e dada a contínua possibilidade de guerra no sistema internacional dos Estados, nenhum Estado que preza sua independência pode ignorar a necessidade de modernização defensiva; 2) A tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza, e portanto, da satisfação de um conjunto sempre crescente de desejos humanos (Fukuyama,

1992). A partir dessas duas constatações, pode-se inferir que na geocultura do desenvolvimento, a inovação tecnológica seja caracterizada como horizonte da política estatal, e estas, quando colocadas em choque, levaram à disputa por mercados e condições monopólicas no sistema da economia-mundo.

Em uma obra de grande fôlego sobre a história das relações internacionais no mundo moderno, Paul Kennedy destaca que a “a força relativa das principais nações no cenário mundial nunca permanece constante, principalmente em virtude da taxa de crescimento desigual entre as diferentes sociedades, e das inovações tecnológicas e organizacionais que proporcionam a uma sociedade maior vantagem sobre a outra” (Kennedy, 1989, p. 01). E continua, afirmando que “a posição relativa de cada um dos importantes Estados foi afetada pela mudança econômica e tecnológica, e pela constante interação entre economia e estratégia” (p. 03).

Assim, a articulação entre a capacidade de produzir e gerar receitas, dinâmica da mudança tecnológica, e a força e eficiência militares, pilares da competitividade militar, sustentam a afirmação que cada Estado ao assumir a condição de “líder” ou “potência hegemônica” apresentou algum modelo de inovação tecnológica (aliado ao modelo de organização política de sua economia), e este foi o fator que lhe garantiu um salto qualitativo em relação (ou *na competição*) a seus pares.

Nessa direção, é possível afirmar que por essas características o sistema mundial generalizou a disputa internacional como modelo de relação política dos Estados nacionais e condicionou os processos de desenvolvimento sob a expectativa de geração de capitalismo nacionais competitivos, sobretudo pela necessidade de desenvolverem economias vigorosas e inovadoras para alcançarem a condição de potência no sistema da economia-mundo (Fiori, 2004).

A força motriz desse processo se dá com o papel do Estado como indutor de fortes incentivos à inovação tecnológica, à disseminação de novas técnicas de automação e de produção, à qualificação e ao desenvolvimento de recursos humanos e de engenharia e à capacidade de aprendizado em muitos setores caracterizados pelas chamadas economias dinâmicas de escala (Coutinho, 2013). Assim, visando corrigir as assimetrias de acesso ao progresso técnico, fator responsável pela diferenciação econômica, social e política entre os países e seu modo de inserção na geopolítica internacional, é conferida importância à implementação de políticas pública e privadas, dentro de uma perspectiva sistêmica e de longo prazo (Lastres, Cassiolato e Arroio, 2005). A essa iniciativa se convencionou chamar sistema nacional de inovação.

Como afirma Freeman “os sistemas de inovação não devem ser considerados apenas no sentido estreito de instituições de pesquisa e desenvolvimento, mas no contexto de sistemas nacionais inseridos em sistemas sociais e econômicos mais amplos” (Freeman, 2005, p. 52). Sistemas mais amplos capazes de atuar de modo a superar a incapacidade dos países periféricos de terem acesso à mudança, tornando-os aptos à inovação tecnológica: “para avançar o estoque de conhecimento científico (...) foi necessário financiar atividades de instituições como universidades, centros de pesquisa, laboratórios, estabelecer agências de fomento capazes de apoiar a produção e a difusão do saber (...) tornou-se evidente a noção de que a pesquisa é um fator de competitividade e uma alavanca para o desenvolvimento” (Costa Lima, 2008, p. 173).

O caráter localizado (e nacional) da geração, assimilação e difusão da inovação levou Nelson (1993) a observar a constituição de um ‘tecnó-nacionalismo’, pois o sistema nacional de inovação representa os esforços nacionais de investimento nas atividades de produção dos conhecimentos necessários e complementares capazes de produzir eficácia na manutenção ou melhoria da competitividade. E este sistema nacional de inovação está altamente interligado, segundo Braga (1999) ao sistema educacional

básico, sobretudo a partir da transmissão de quatro tipos de conhecimentos básicos para promover o desenvolvimento econômico nacional: 1) capacidade de ler, escrever e calcular; 2) habilidades no trabalho mecânico; 3) combinação entre princípio científico e treinamento aplicado; 4) conhecimento científico de alto nível, teórico e aplicado.

E ao contrário do que sugere o senso comum, sobre o fim de programas e política nacionais de desenvolvimento tecnológico no âmbito da revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, e no contexto da globalização produtiva e financeira, a postura adotada pelos governos nos países mais avançados não tem sido de forma alguma passiva e não intervencionista: “as principais mudanças estruturais em difusão das TICs [*Tecnologias de Informação e Comunicação*], educação e internacionalização sempre estiveram no centro das políticas dos países mais avançados” (Lastres, Cassiolato e Arroio, 2005). Isso se dá, pelo fato de que os estudiosos da inovação já entenderam que em muitos setores, as pesquisas financiadas pelos governos nas universidades e em laboratórios públicos constituem uma importante parte dos sistemas de inovações setoriais: “a inovação está longe de constituir um processo estritamente aleatório; pelo contrário, os esforços para fazer avançar a tecnologia são cuidadosamente direcionados pelo que os inovadores acreditam ser viável e potencialmente lucrativo” (Nelson, 2006).

É necessário ressaltar que o processo de industrialização das periferias, seja por meio da substituição de importações ou da produção para o mercado externo, não é suficiente para alterar a posição marginal dos países periféricos na geração e difusão de tecnologia em escala internacional. A internacionalização de atividades produtivas não bastaria para garantir dinamismo tecnológico endógeno (Tosi, 2008). Mas sim, como afirmou Schumpeter em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, o progresso técnico e a inovação tecnológica são os motores do desenvolvimento econômico desde a primeira Revolução Industrial (Schumpeter, 1939).

É no seio da Trajetória Dependente (*path dependence*), estimulada pelas instituições viabilizadas pelos sistemas nacionais de inovação, que o crescimento econômico, por meio de uma performance inovadora gerada por investimentos em educação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e industrial, apresenta um caráter realmente competitivo de avanço tecnológico e processo produtivo. Dotando, portanto, o Estado que promove essa interação entre agentes estatais e econômicos, de capacidade de disputar a liderança do centro cíclico da produção mundial, e conseqüentemente, a condição de centro hegemônico da economia do sistema-mundo.

O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR E A POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA A MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA

Fora do centro mundial da economia-mundo, mas também distante dos conflitos pelo poder no núcleo do sistema, os Estados Unidos se aproveitaram da condição de “espectador de luxo” das crises europeias do século XIX e impulsionaram seu desenvolvimento fora do centro do sistema, realizando seu catch up tecnológico e militar através de um organizado sistema nacional de inovação. Esse sistema que articulava de forma orgânica o grande capital (bancário e industrial) formou, segundo Tavares (1985) um classe financeira geral que possibilitou ao país desenvolver o mais bem sucedido modelo de capitalismo

tardio do sistema-mundo capitalista e ocupar a posição de centro cíclico da produção mundial no alvorecer do século XX.

Segundo observa Teixeira (1999), as guerras europeias permitiram aos Estados Unidos organizarem sua economia (economia de guerra), planejando centralizadamente a mobilização de recursos em escala nacional. Papel de destaque, portanto, para o Estado nacional, “como agente capaz de operar a articulação, em cada espaço nacional de acumulação, entre as necessidades de expansão do capital local e do capital internacional” (p. 158). É certo que muitos fatores estão por trás da condição norte-americana no sistema mundial, mas, inclusive como fora observado por Richard Nelson “parece evidente que sua posição de liderança mundial no avanço tecnológico é um dos pontos mais importantes” (Nelson, 2006, p. 367). As empresas americanas estão significativamente à frente no desenvolvimento e emprego de tecnologias de ponta desde o início do século e predominantemente desde o pós-Guerra.

Ainda segundo Richard Nelson, “a liderança americana nos primeiros anos do pós-guerra não foi meramente uma consequência temporária, e surgiu de duas fontes relativamente distintas. Parte da liderança refletia um longo predomínio dos Estados Unidos nas indústrias de produção em massa (...) a outra parte da liderança americana, em indústrias de alta tecnologia, era nova, e refletia os maciços investimentos privados e públicos em pesquisa e desenvolvimento e no ensino científico e técnico” (Nelson, 2006, p. 372).

Essa segunda etapa do impulso industrializante norte-americano, voltada às indústrias de alta tecnologia, contava com maciço apoio de um sistema nacional de inovação orientado por um empreendimento militar voltado para alçar os Estados Unidos à condição de potência militar global inquestionável, fato que acabou por impulsionar a fronteira da ciência de forma a consolidar a liderança tecnológica no mundo (Medeiros, 2004). Esse empreendimento militar orientador recebeu a definição de complexo-industrial-militar-acadêmico e foi responsável por estimular tanto a demanda quanto a oferta ao processo de inovações. A rede de instituições voltadas à pesquisa e desenvolvimento promoveu a aceleração do progresso tecnológico no país (Medeiros, 2004, p. 226).

Como indicam David Mowery e Nathan Rosenberg em sua pesquisa acerca das inovações tecnológicas apresentadas pelos Estados Unidos ao longo do século XX, o investimento nacional total, mas sobretudo o tamanho do orçamento federal destinado às pesquisas no país, são traço marcante de sua trajetória de inovação: “a criação de um grande complexo científico durante e após a Segunda Guerra Mundial mudou a posição dos Estados Unidos no sistema de pesquisa e desenvolvimento internacional. Não mais como essencialmente prestadoras ou imitadoras, as empresas dos Estados Unidos, aproveitando uma infraestrutura da indústria e universidades, em grande parte financiada por fundos federais, tornaram-se líderes na invenção e comercialização inicial de novas tecnologias” (Mowery & Rosenberg, 2005, p. 196).

Em uma das pesquisas mais completas sobre sistemas nacionais de inovação, Nelson e Rosenberg (1993) concluíram que as preocupações com segurança nacional tem sido um fator importante na formação de sistemas de inovações nos mais diferentes países. “Os programas espaciais e de energia nuclear tem muito em comum com a pesquisa e desenvolvimento para aquisições militares. Eles tendem a envolver o mesmo tipo de liderança de agências governamentais em determinar os rumos do que será feito”. Ou seja, a participação do Estado através do chamado *keynesianismo* bélico ou *keynesianismo* militar não se restringe à provisão de recursos ao processo de pesquisa e desenvolvimento e às compras de governo e contratos públicos junto aos fabricantes de armas, mas se apresenta como uma articulação entre instituições públicas e privadas que influenciou o processo de seleção, difusão e indução das modernas

tecnologias no pós-guerra. Tudo isso sob o compromisso de manter uma superioridade estratégica sobre o adversário.

Segundo Costa Lima, “a partir da Segunda Guerra Mundial, inclusive em decorrência dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento para tecnologia militar no período do conflito, ocorreu um substancial avanço nas tecnologias de transporte, comunicação, informação e defesa, realizado pelos Estados Unidos, e que resultaram em três características: 1) ampliou-se o conhecimento científico e tecnológico através de novas tecnologias de informação e comunicação, que passaram a ser entendidas, então, como geradoras de vantagens competitivas; 2) promoveu-se uma maior integração do espaço econômico mundial, seja pela queda sistemática de barreiras alfandegárias, seja pela expansão das corporações multinacionais e pela instrumentalização das NTICs [*Novas Tecnologias de Informação e Comunicação*]; 3) aumentou a competição das empresas multinacionais atuais controladoras das grandes fatias do mercado mundial” (Costa Lima, 2008, p. 172).

Essa indução do Estado por meio da orientação do empreendimento militar levou os Estados Unidos a uma pujante trajetória de inovação⁷, uma vez que as agências governamentais e militares reconheceram a importância da pesquisa básica e do avanço tecnológico para a prosperidade econômica e também para a segurança militar da nação. Desse modo, segundo Freeman, “os grandes estabelecimentos de pesquisa básica nas universidades, no governo e em um número significativo de empresas privadas serviram como importantes incubadoras para o desenvolvimento de inovações nos Estados Unidos”. Ainda segundo ele, somava-se a isso um forte estímulo a políticas nacionais anti-trustes, compras governamentais e recurso a capital financeiro de risco: “o papel do governo federal dos Estados Unidos na promoção da inovação está longe da posição passiva e não-intervencionista⁸” (Freeman, 2005, p. 64-65).

O papel do complexo-industrial-militar-acadêmico obteve destaque no discurso de despedida à nação do Presidente Eisenhower (1961), no qual alertava sobre o peso que este vinha adquirindo a partir da estratégia política da Guerra Fria⁹. Desde então, passou a ser comum a menção a esse complexo como

7 O progresso técnico pode ser relacionado a descobertas científicas que promovem rupturas, acarretando novas concepções para a produção e/ou para os produtos. Essas rupturas, por sua vez, passam a traçar trajetórias tecnológicas naturais que apontam para desenvolvimentos técnicos subsequentes (Nelson, 2006). A partir disso, mais do que a previsibilidade dos desenvolvimentos posteriores, fica condicionada toda a estrutura produtiva, tecnológica e organizacional àquela trajetória pré-estabelecida, dotando seu indutor de vantagens nos processos políticos e econômicos resultantes dessa inovação.

8 O custo de um atraso no desenvolvimento tecnológico ou a possibilidade de perder a dianteira no avanço científico da esfera militar transforma a viabilidade tecnológica no único constrangimento para o desenvolvimento de um projeto de expansão da fronteira tecnológica, por mais altos que sejam os investimentos na iniciativa. Nesse sentido, é factível a sentença de Susan Strange sobre a autonomia dos mercados nesse processo: “um mercado por si só não determina o seu regime tecnológico e muito menos constitui um poder dominante, a não ser que a ele seja permitido, por quem quer que detenha o poder ou a autoridade, a exercer esse papel” (Strange, 1994).

9 De acordo com o ex-presidente e ex-veterano das Forças Armadas, Dwight Eisenhower: “[...] nas esferas do governo, devemos nos proteger contra a influência injustificada exercida pelo complexo militar-industrial. A possibilidade do surto desastroso de um poder mal orientado existe e permanecerá. Não devemos nunca permitir que o peso desta coalizão ameace as nossas liberdades ou os processos democráticos”.

um dos mais influentes atores no processo de formulação da política externa do país, sobretudo em questões de defesa e segurança nacional.

Em geral, a literatura crítica refere-se ao complexo-industrial-militar-acadêmico como um conjunto de lobbistas dos setores militaristas e armamentistas da sociedade norte-americana (Barber, 1970; Magdoff, 1972; Gill & Law, 1988; Klare, 2001; Mann, 2003; Johnson, 2004; Harvey, 2004; Jarecki, 2008). Todavia, trata-se esta de uma visão reducionista. O complexo-industrial-militar-acadêmico possui uma abrangência mais ampla do que os setores referidos por essa gama de autores. Trata-se de um componente de forte parceria entre o conhecimento tecnológico oriundo da academia, a base material oferecida pela iniciativa privada e o estímulo e a orientação política providos do Estado. Esse relacionamento político entre academia, indústria e governo (políticos e forças armadas) permite o incentivo de pesquisas no setor privado, fornecendo forte estímulo a diversos setores da economia nacional.

Além de elemento propulsor de setores da economia, os desdobramentos do complexo-industrial-militar-acadêmico afetam as mais variadas esferas da vida civil, possibilitando novas descobertas científicas e saltos tecnológicos que dinamizam a sociedade como um todo. Ademais, além de sua importância no âmbito doméstico, a manutenção da hierarquia dos Estados na ordem internacional ainda conta com forte implicação de sua capacidade industrial militar. O setor de inovação e pesquisa é, portanto, fundamentalmente estratégico dentro do campo de competição pela liderança internacional, seja por seus aspectos políticos, econômicos ou militares¹⁰.

Sem perder de vista, ainda, que essa articulação proporcionada pelo elo entre o projeto político-militar e o conhecimento tecnológico amplia a capacidade real de defesa da nação (Racy & Silberfeld, 2005). Ou seja, tanto para proporcionar expansões (diretas e indiretas) quanto para se defender de movimentos rivais, a capacidade efetiva do complexo-industrial-militar-acadêmico de um Estado é uma das variáveis mais significativas enquanto elemento de poder. Para Moraes, “sobretudo, é o poder militar Cybertech que está retroalimentando e redesenhando as estratégias geopolíticas globais norte-americanas” (Moraes, 2004, p. 385) promovendo uma revolução nos assuntos militares, representada pela convergência entre planejamento e tecnologias, responsável pelo controle da economia do sistema-mundo. É este poder estrutural, segundo Strange (1994), que constitui o poder do hegemônio de levar outros Estados rivais e suas instituições a agirem e operarem no sistema de acordo com seus parâmetros e se adaptarem aos interesses do Estado hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto buscamos argumentar que a liderança impulsionada pelos in-

7 Por estarem situados dentro de tabuleiros geopolíticos altamente competitivos, estes países também compartilham um sentimento constante de “cerco” e de ameaça externa, que explica a centralidade dos seus sistemas de defesa na definição de suas políticas de desenvolvimento e industrialização, e sua permanente preocupação com a conquista e o controle monopólico das “tecnologias sensíveis” que foram decisivas para o sucesso de toda a sua economia nacional e para a concepção de grandes projetos de defesa e/ou de projeção internacional (Fiori, 2004).

vestimentos nos processos de inovação voltados para a área de defesa sustentam a hegemonia dos Estados Unidos, mais do que a esfera da produção tradicional ou a competição pela atração de capitais produtivos e a dependência do capital especulativo do sistema financeiro internacional.

Atualmente, o Complexo Industrial Militar Acadêmico se caracteriza pelo desenvolvimento de tecnologias que possuem impacto dual, nas esferas militar e social. Ou seja, uma série de dispositivos ou inovações alcançadas para fins de segurança e defesa são incorporados a sistemas de uso cotidiano e passam a potencializar o desenvolvimento industrial e comercial norte-americano, em processo denominado “*spinoff*”.

Esse processo de uso dual passou a ser sistematicamente impulsionado pelo governo norte-americano no momento em que se percebeu que esforços capazes de garantir ampliação da capacidade de liderança militar poderiam também fortalecer seu poderio no campo econômico. E essa adaptação vem a refletir nos segmentos sociais que se beneficiam das novas tendências científicas oriundas desse processo, sendo esse elo estabelecido entre Estado-Indústria-Sociedade uma janela de oportunidades vislumbrada para a manutenção da posição de liderança internacional norte-americana, compatível com a grande estratégia traçada pelo país.

Partindo da premissa de que a posse de inovação e superioridade tecnológica implica a possibilidade de hierarquização na ordem internacional, apresentamos como hipótese desse trabalho a adaptação dos processos de inovação tecnológica por meio do Complexo Industrial Militar Acadêmico como forma de garantir um duplo sucesso na estratégia norte-americana: ampliação de suas vantagens nas esferas de defesa e segurança; e projeção de setores de ponta de sua economia doméstica no cenário competitivo global.

Nesse sentido, parece estar longe o momento de contestação dos Estados Unidos enquanto centro cíclico da economia-mundo do sistema mundial capitalista. Se como afirma Arrighi, a oficina do mundo está hoje no continente asiático, o grande laboratório de inovações permanece no ocidente, e sem oferecer indícios de que possa ser desafiado seriamente nos próximos anos. Desse modo, os policy-makers norte-americanos devem continuar a impor ao mundo a configuração da ordem internacional e desenvolver uma nova estratégia para ampliar a projeção de seu poder. Conformando, assim, uma ordem na qual deve prevalecer a posição unipolar dos Estados Unidos, em que a liderança política e econômica do país é sustentada pelo desenvolvimento tecnológico baseado, principalmente, nas condições oferecidas por seu complexo industrial militar.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

- BARBÉ, Esther I. **Multilateralismo: adaptación a un mundo con potencias emergentes**. REDI, vol. LXII nº 2, 2010.
- BARBER, Richard. **Empresas multinacionais: poder, economia, estratégia**. São Paulo: ed. Atlas, 1972.
- BELLUZZO, Luiz G. M. **Dinheiro e as transfigurações da riqueza**. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. D. C. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRAGA, José C. S. **Alemanha: império, barbárie e capitalism avançado**. In: Fiori, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- BROOKS, Stephen. WOHLFORTH, William **Reshaping the World Order. How Washington Should Reform International Institution**. Foreign Affairs, Vol. 88, No. 2, p. 49-63, Mar/Apr 2009.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Choice: Domination or Leadership**. New York: Basic Books, 2004.
- BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century**. Cambridge: Polity Press, 2004.
- BUZAN, Barry. **A Leader Without Followers? The United States in World Politics after Bush**. The Global Policy Institute, Policy Paper, No. 2, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede Vol I. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. **After the stock market turnabout: questions and hypotheses**. Paris: Université Paris, 2003.
- COSTA LIMA, Marcos. **Dinâmica do Capitalismo pós-Guerra Fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 2008.
- COUTINHO, Luciano. **É viável revitalizar a indústria**. São Paulo, Jornal Valor Econômico, p. A16, 06 maio de 2013.
- COX, Robert W. **Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory**. In: KEOHANE, Robert. O. (ed.). **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.
- EISENHOWER, Dwight. **Military-Industrial Complex Speech**. The White House. United States Capitol, Washington, D.C., 1961.
- FIORI, José Luis. **De volta à Riqueza de algumas nações**. In: Fiori, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- FIORI, José Luis. **Formação, expansão e limites do poder global**. In: Fiori, J. L. **O Poder Americano**. São Paulo: Editora Vozes, 2004.
- FUKUYAMA, Francis. **The End of History?** The National Interest. July, 1989.
- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro, Rocco: 1992.
- FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREEMAN, Chris. **Um pouso forçado para a “nova economia”? A tecnologia da informação e o sistema nacional de inovação dos Estados Unidos**. In: **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- GILL, Stephen; LAW, David. **The Global Political Economy: Perspectives, Problems and Policies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1988.
- GOWAN, Peter. **A Roleta Global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- HARVEY, David. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Rio de Janeiro: Loyola, 1989.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.
- IKENBERRY, G. John. **Liberal order & Imperial ambition.** Cambridge: Polity, 2006.
- JARECKI, Eugene. **The American Way of War. Guided Missiles, Misguided Men and a Republic in Peril.** New York: Simon and Schuster, 2008.
- JOHNSON, Chalmers. **Blowback. The Costs and Consequences of American Empire.** Henry Holt, 2000.
- JOHNSON, Chalmers. **The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic.** New York: Metropolitan/Owl Books, 2004.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEOHANE, Robert O. **After Hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy.** Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KHANNA, Parag. **The Second World.** Londres: Penguin Books, 2008.
- KLARE, Michael. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict,** New York: Metropolitan Books, 2001.
- KRAUTHAMMER, Charles. **The Unipolar Moment.** Foreign Affairs, Vol. 70, No. 1, 1990/91.
- LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José; ARROIO, Ana. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global.** In: **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- LEFFLER, Melvyn; LEGRO, Jeffrey. **To lead the world: American strategy after the Bush doctrine.** NY: OUP, 2008.
- MAGDOFF, Harry. **A Era do Imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos.** Porto: Portucalense, 1972.
- MANN, Michael. **Incoherent Empire.** New York: Verso, 2003.
- MEDEIROS, Carlos A. **O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar.** In: Fiori, José L. **O Poder Americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics** New York: WW Norton, 2001.
- MORAES, Gloria. **Telecomunicações e o poder global dos Estados Unidos.** In: Fiori, J. L. **O Poder Americano.** São Paulo: Editora Vozes, 2004.
- MOWERY, David; ROSENBERG, Nathan. **Trajetórias da inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX.** Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- NELSON, Richard. **National Innovation Systems A Comparative Analysis.** New York: oxford university press, 1993.
- NELSON, Richard. **As fontes do crescimento econômico.** Campinas: Editora Unicamp, 2006
- NYE Jr., Joseph S. **Bound to lead.** New York: Basic Books, 1990.
- NYE Jr., Joseph S. **O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode seguir isolada.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

- PREBISCH, Raul. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- RACY, Joaquim C.; SILBERFELD, Jean-Claude E. **Defesa nacional, complexo industrial-militar e mobilização**. Revista de Economia Mackenzie. Ano 3. Nº. 3, 2005.
- RODRIGUEZ, Octavio. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Abril, 1984. 1ª ed. 1939.
- SERRANO, Franklin. **Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível**. In: Fiori, J. L. **O Poder Americano**. São Paulo: Editora Vozes, 2004.
- STIGLITZ, Joseph E.; BILMES, Linda J. **The Three Trillion Dollar War: the true cost of the Iraq Conflict**. New York: Norton & Company, 2008.
- STRANGE, Susan. **States and Markets. An Introduction to International Political Economy**. Nova York: Continuum International Publishing Group, 1994.
- STUENKEL, Oliver. **Potências Emergentes e Desafios Globais**. São Paulo: Cadernos Konrad Adenauer, 2013.
- TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana**. Revista de Economia Política vol. 5 no. 2, 1985.
- TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz E. **Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana**. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. D. C. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TEIXEIRA, Aloisio. **Estados Unidos: a curta marcha para a hegemonia**. In: Fiori, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- TODD, Emmanuel. **Depois do Império: a decomposição do sistema americano**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- TORRES FILHO, Ernani T. **O papel do petróleo na hegemonia norte-americana**. In: Fiori, J. L. **O Poder Americano**. São Paulo: Editora Vozes, 2004.
- TOSI, André Furtado. **Impactos da atual fase do capitalismo sobre os países em desenvolvimento**. In: Costa Lima, M. **Dinâmica do Capitalismo pós-Guerra Fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 2008.
- VIZENTINI, Paulo F. **O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade**. In: VIZENTINI, Paulo; WIESEBRON, Marianne (org.). **Neohegemonia Americana ou Multipolaridade? Pólos de Poder e Sistema Internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **El modern sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes del sistema-mundo**. México: Fondo de Cultura, 1977.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **After Liberalism**. New York: New Press, 1995.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw Hill, 1979.
- WEBER, Max. **História Geral da Economia**. Rio de Janeiro: Editora Mestre Jou, 1961.
- WOHLFORTH, William C. **The Stability of a Unipolar World**. International Security. Vol. 24, No. 2, p 5-41, Summer 1999.
- ZAKARIA, Fareed. **The post-American World**. New York/London: Norton & Company, 2008.